



# DIÁRIO



# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVI - Nº 61

SEXTA-FEIRA, 9 DE AGOSTO DE 1991

BRASÍLIA \_ DF

## CONGRESSO NACIONAL

### PARECER Nº 31, DE 1991-CN

**Da Comissão Diretora do Senado Federal, sobre o Projeto de Resolução nº 6, de 1989-CN, que introduz modificações no art. 29, da Resolução nº 1, de 1970 (Regimento Comum).**

**Relator: Senador Marcio Lacerda**

Com o presente projeto, o nobre Deputado Antônio de Jesus propõe seja alterada a redação do **caput** do art. 29, da Resolução nº 1, de 1970, bem como seja-lhe acrescido outro parágrafo.

O art. 29, com a proposta, caso aprovada, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 29. À hora do início da sessão os membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo número regimental será anunciada a abertura dos trabalhos mediante a seguinte declaração, feita pelo Presidente:

“Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos os nossos trabalhos.”

O § 1º ficará com o seguinte enunciado, renumerando-se os demais:

“§ 1º A Bíblia Sagrada deverá ficar durante todo o tempo da sessão sobre a mesa, à disposição de quem dela quiser fazer uso.”

Como justificativa de sua proposição alega o autor, em síntese, que o novo texto visa apenas a adequar o Regimento ao marcado sentimento de religiosidade do povo brasileiro, que tem nessa sua crença a indelével sustentação de seus anseios e melhores esperanças, e que a Bíblia, já consagrada como um “manancial inesgotável de grande sabedoria” poderá, no curso da sessão, nortear os trabalhos dos Senhores Congressistas em favor dos seus representados; que o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte estabeleceu, no seu art. 36, § 2º, o enunciado que pretende incluir no **caput**

do art. 29; e que a Câmara dos Deputados, “em coerência com o sentimento religioso da Nação”, já adotou, em seu Regimento, tais modificações.

O presente projeto, convém esclarecer, já foi objeto de análise por parte do então Segundo Secretário, na anterior Comissão Diretora, Senador Divaldo Suruagy, não tendo sido, porém, apreciado o seu relatório, razão por que o assunto volta ao nosso exame.

Considerando o que existe sobre a matéria, de que:

— a Bíblia esteve presente durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte — ANC, por determinação do art. 36, do seu Regimento;

— o Regimento Interno da Câmara já contempla, em seu art. 79, §§ 1º e 2º, os enunciados da proposta do auto que, agora, pretende introduzir no Regimento Comum; e

— a nova Constituição fora promulgada com a expressão “sob a proteção de Deus”, em seu preâmbulo; somos favoráveis ao acolhimento do presente projeto.

Aliás, estes também foram os argumentos que levaram o então Segundo Secretário, Senador Divaldo Suruagy, a se manifestar favoravelmente à matéria.

Sala das Comissões, 2 de julho de 1991. — Senador **Mauro Benevides**, Presidente — Senador **Marcio Lacerda**, Relator — Senador **Alexandre Costa** — Senador **Meira Filho**.

### PARECER Nº 32, DE 1991-CN

**Da Comissão Diretora sobre o Projeto de Resolução nº 9, de 1990-CN, que cria a Comissão Mista Permanente para Assuntos Energéticos e Nucleares.**

**Relator: Senador Marcio Lacerda**

Trata o presente processo do Projeto de Resolução nº 9, de 1990, do Congresso Nacional, que cria a “Comissão Mista Permanente para Assuntos Energéticos e Nucleares”, resultante, aliás, das conclusões da Comissão Parlamentar Mista de Inquério, criada pela Resolução do Congresso Nacio-

**EXPEDIENTE****CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PÓRTO****Diretor-Geral do Senado Federal****AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor Executivo****CARLOS HOMERO VIEIRA NINA****Diretor Administrativo****LUIZ CARLOS DE BASTOS****Diretor Industrial****FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA****Diretor Ajuato****DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal****ASSINATURAS****Semestral ..... Cr\$ 3.519,65****Tiragem 2.200 exemplares.**

nal de nº 1/90, de 19-4-90, por requerimento da Deputada Anna Maria Rattes. A referida comissão foi instalada no dia sete de junho, sendo eleitos os Deputados Anna Maria Rattes e José Jorge para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Senador Severo Gomes foi designado para o cargo de relator. A CPI encerrou seus trabalhos em dezembro de 1990, depois de ouvir diversos especialistas e autoridades na matéria e visitar os principais centros nucleares brasileiros, inclusive as instalações, antes secretas, das três Forças Armadas.

A comissão concluiu seus trabalhos com um relatório, que é detalhado e altamente esclarecedor, afirmando que o "Programa Nuclear Paralelo, conseguiu, através do esforço das Forças Armadas e da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN, avanços significativos na área nuclear. A Marinha, em Iperó, São Paulo, já enriquece urânio. A Aeronáutica, em São José dos Campos, também em São Paulo, trabalha com um projeto de enriquecimento através de raios laser e o Exército, em Guaratiba, no Rio de Janeiro, está se preparando para construir um reator de urânio natural, movido a grafite e refrigerado a gás". Existe, portanto, pesquisa nuclear, com avançado estágio tecnológico, em curso no Brasil.

O relatório final da CPI sublinha que "a centralização, numa mesma instituição, dos poderes de formular a política, licenciar obras e fiscalizá-las, como ocorreu com a CNEN, não foi a melhor opção. Este, aliás, foi o caminho para que todo o Programa Nuclear Paralelo ficasse em regime de sigilo absoluto e longe do controle da sociedade brasileira". Nas suas conclusões, os membros da CPI afirmam que existe a necessidade de que haja um efetivo controle civil das atividades do Executivo no setor nuclear, através do Congresso Nacional.

O mesmo documento informa que "os depoimentos do Srs. José Goldenberg, Secretário de Ciência e Tecnologia, e Pedro Paulo Leoni Ramos, Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, foram taxativos em admitir que em "um momento histórico" houve a decisão de construir um artefato nuclear no Brasil. As perfurações no Campo de Cachimbo, no sul do Pará, seriam o campo de provas destes artefatos. A sociedade esteve completamente à margem de todo este processo. Não foi consultada, não foi ouvida, nem o Congresso Nacional informado do Programa Nuclear. Não há dúvidas, portanto, de que é imperioso dotar o Congresso

Nacional dos instrumentos legais necessários para fiscalizar a atividade nuclear no País".

Os Senhores Senadores e os Senhores Deputados que tomaram os depoimentos e visitaram as instalações nucleares brasileiras afirmam a necessidade de que o Congresso exerça a fiscalização dos atos do Executivo, no setor nuclear. As conclusões daquela CPI vão mais longe; além do projeto de resolução, criando uma comissão mista os parlamentares propuseram projeto de lei de salvaguardas da tecnologia brasileira e fizeram ao Poder Executivo a sugestão de enviar ao Congresso Nacional projeto de lei atribuindo à Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República a competência para formular a Política Nuclear Brasileira e a responsabilidade por todo o desenvolvimento tecnológico do setor nuclear, entre outras providências. Nesse processo, estuda-se o projeto de resolução do Congresso que cria a Comissão Mista Permanente para Assuntos Energéticos e Nucleares, conforme projeto aprovado na reunião final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar o Programa Nuclear Paralelo.

**Conclusões**

I — Os elementos trazidos ao processo pela percuente e esclarecedora investigação realizada pela CPI demonstram que existe, de maneira inequívoca, a necessidade de o Congresso Nacional se organizar para fiscalizar as atividades do Poder Executivo no setor nuclear. O Art. 49 da Constituição Federal — que determina a competência exclusiva do Congresso Nacional — dispõe, em seu inciso XIV, que é da competência exclusiva do Congresso Nacional "aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares". A matéria, portanto, antes mesmo de ser objeto desta exaustiva investigação realizada pelos membros da CPI, já havia sido regulamentada pela Constituição da República.

II — Não existem dúvidas quanto à constitucionalidade da matéria, uma vez que a Lei Maior determina que as iniciativas do Poder Executivo, relativas a atividades nucleares, devem ser aprovadas pelo Congresso Nacional e não por uma das duas Casas ou pelas duas em votações separadas. A competência exclusiva é do Congresso Nacional. Assim, é mais que justificável, em razão dos motivos alegados na CPI e dos dispositivos contidos no texto constitucional, que seja criada a Comissão Parlamentar Mista Permanente para assuntos nucleares.

III — Entendo que não se deve ampliar a competência desta Comissão Mista Permanente para que ela abranja, também, demais assuntos ligados à geração de energia, pelas seguintes razões: a) o texto da Constituição, art. 49 inciso XIV, diz respeito apenas a “atividades nucleares”; b) a criação de uma Comissão Mista Permanente que estude, opine e trabalhe com assuntos energéticos fere o conceito do bicameralismo, que é o sistema vigente no Brasil. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal apreciam, separadamente, as matérias relativas ao setor energético e apresentam suas soluções ou pareceres. Não há nenhum dispositivo legal que sugira a unificação deste assunto numa Comissão Mista Permanente; c) a Comissão Mista Permanente, ao tratar de assuntos energéticos, estaria vivendo uma situação de conflito com as competências das comissões técnicas que tratam da mesma matéria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

IV — Diante do exposto, Senhor Presidente, sou de parecer que seja aprovada a criação da Comissão Parlamentar Mista Permanente para Assuntos Nucleares e apresento o substitutivo com a nova redação, dentro dos parâmetros aqui delineados.

#### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL Nº 9, DE 1990

**Cria a Comissão Mista Permanente para Assuntos Nucleares e dá outras providências.**

Art. 1º É criada a Comissão Mista Permanente para Assuntos Nucleares — CMPAN com a finalidade de apreciar e fiscalizar as iniciativas do Poder Executivo no setor nuclear.

Art. 2º A Comissão Mista Permanente para Assuntos Nucleares — CMPAN será composta por 4 (quatro) senadores e 9 (nove) deputados e igual número de suplentes, nomeados pelo Presidente do Congresso Nacional, dentre congressistas indicados pelos líderes partidários.

§ 1º Os membros da Comissão Mista Permanente para Assuntos Nucleares — CMPAN terão mandato de dois anos, renovando-se cada ano metade deles.

§ 2º Na primeira nomeação serão indicados os membros com mandato de um ano, apenas.

§ 3º A nomeação dos membros da CMPAN será feita durante os primeiros quinze dias da Sessão Legislativa anual.

Art. 3º Compete à CMPAN:

I — comunicar imediatamente ao Presidente do Congresso Nacional qualquer fato relevante ocorrido na execução da política nuclear brasileira;

II — apresentar anualmente ao Presidente do Congresso Nacional relatório detalhado das atividades desenvolvidas pelo Poder Executivo na área nuclear durante os doze meses anteriores.

§ 1º Para as finalidades deste artigo, a CMPAN poderá:

I — convocar ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

II — solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

III — realizar as diligências que julgar necessárias, inclusive em instalações nucleares.

§ 2º O Presidente do Congresso Nacional convocará sessão do Congresso Nacional para analisar questões relevantes apontadas pela CMPAN na forma do *caput* deste artigo.

Art. 4º A não — apresentação do relatório a que se refere o inciso II do art. 3º, no prazo previsto, implicará a substituição de todos os membros da CMPAN.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 2 de julho de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente — Senador Marcio Lacerda, Relator — Senador Alexandre Costa — Senador Meira Filho.

#### SUMÁRIO

##### 1 — ATA DA 4ª REUNIÃO CONJUNTA, EM 8 DE AGOSTO DE 1991

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.1.1 — Comunicação da Presidência

Inexistência de *quorum* regimental para a realização da sessão.

##### 1.2 — ENCERRAMENTO

## Ata da 4ª Reunião Conjunta, em 8 de agosto de 1991

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

*Presidência do Sr. Alexandre Costa*

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — Albano Franco — Alexandre Costa — Almir Gabriel — Amir Lando — Aureo Mello — Beni Veras — Carlos Patrocínio — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Darcy Ribeiro — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião

Amin — Fernando Henrique Cardoso — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Hydekell Freitas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João França — José Eduardo — José Fogaça — José Richa — José Sarney — Júlio Campos — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Levy Dias — Lourenberg Nunes Rocha

— Lourival Baptista — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Oziel Carneiro — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

#### **E OS SRS. DEPUTADOS**

##### **Roraima**

Alceste Almeida — PTB; Avenir Rosa — PDC; Francisco Rodrigues — PTB; João Fagundes — PMDB; Júlio Cabral — PTB; Marcelo Luz — PDS; Rubem Bento — Bloco.

##### **Amapá**

Aroldo Góes — PDT; Gilvam Borges — Bloco; Lourival Freitas — PT; Murilo Pinheiro — Bloco; Sérgio Barcellos — Bloco; Valdenor Guedes — PTB.

##### **Pará**

Alacid Nunes — Bloco; Carlos Kayath — PTB; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Gerson Peres — PDS; Giovanni Queiroz — PDT; Hérminio Calvino — PMDB; Hilário Coimbra — PTB; Mário Chermont — PTB; Mario Martins — PMDB; Nicias Ribeiro — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Paulo Rocha — PT; Paulo Titan — PMDB; Socorro Gomes — PC do B; Valdir Ganzer — PT.

##### **Amazonas**

Beth Azize — PDT; Ricardo Moraes — PT.

##### **Rondônia**

Edison Fidelis — PTB; Jabes Rabelo — PTB; Maurício Calixto — PTB; Pascoal Novaes — PTR; Reditário Cassol — PT.

##### **Acre**

Adelaide Neri — PMDB; Célia Mendes — PDS; Francisco Diógenes — PDS; João Maia — PMDB; João Tota — PDS; Mauri Sérgio — PMDB; Ronivon Santiago — PMDB; Zila Bezerra — PMDB.

##### **Tocantins**

Derval de Paiva — PMDB; Edmundo Galdino — PSDB; Eduardo Siqueira Campos — PDC; Freire Júnior — Bloco; Hagahús Araújo — PMDB; Osvaldo Reis — S/P; Paulo Mourão — PDC.

##### **Maranhão**

Cesar Bandeira — Bloco; Costa Ferreira — Bloco; Daniel Silva — Bloco; Eduardo Matias — PDC; Haroldo Sabóia — PDT; João Rodolfo — PDS; José Burnett — Bloco; José Carlos Sabóia — PSB; José Reinaldo — Bloco; Nan Souza — Bloco; Paulo Marinho — Bloco; Pedro Novais — PDC; Roseana Sarney — Bloco; Sarney Filho — Bloco.

##### **Ceará**

Aécio de Borba — PDS; Antônio dos Santos — Bloco; Ariosto Holanda — PSB; Edson Silva — PDT; Jackson Pereira — PSDB; José Linhares — PSDB; Luiz Girão — PDT;

Luiz Pontes — PSDB; Marco Penaforte — PSDB; Moroni Torgan — PMDB; Orlando Bezerra — Bloco; Pinheiro Landim — PMDB; Sérgio Machado — PSDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Vicente Fialho — Bloco.

##### **Piauí**

B. Sá — PDS; Caldas Rodrigues — Bloco; Felipe Mendes — PDS; Jesus Tajra — Bloco; João Henrique — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Murilo Rezende — PMDB; Paes Landim — Bloco; Paulo Silva — PSDB.

##### **Rio Grande do Norte**

Henrique Eduardo Alves — PMDB; João Faustino — PSDB; Laíre Rosado — PMDB; Ney Lopes — Bloco.

##### **Paraíba**

Adauto Pereira — Bloco; Edivaldo Motta — PMDB; Efraim Moraes — Bloco; Evaldo Gonçalves — Bloco; Francisco Evangelista — PDT; Ivan Burity — Bloco; José Luiz Clerot — PMDB; José Maranhão — PMDB; Lúcia Braga — PDT; Rivaldo Medeiros — Bloco.

##### **Pernambuco**

Álvaro Ribeiro — PSB; Gilson Machado — Bloco; Gustavo Krause — Bloco; Inocêncio Oliveira — Bloco; José Carlos Vasconcellos — Bloco; José Mendonça Bezerra — Bloco; José Moura — Bloco; José Múcio Monteiro — Bloco; Luiz Piauhylo — PSB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Mavriel Cavalcanti — Bloco; Miguel Arraes — PSB; Nilson Gibson — PMDB; Pedro Correa — Bloco; Renildo Calheiros — PC do B; Roberto Franca — PSB; Roberto Freire — PCB; Salatiel Carvalho — Bloco; Sérgio Guerra — PSB; Tony Gel — Bloco; Wilson Campos — PMDB.

##### **Alagoas**

Antônio Holanda — Bloco; Augusto Farias — Bloco; Luiz Dantas — Bloco; Olavo Calheiros — Bloco; Roberto Torres — PTB.

##### **Sergipe**

Benedito de Figueiredo — Bloco; Cleonânio Fonseca — Bloco; Djenal Gonçalves — PDS; Everaldo de Oliveira — Bloco; Jerônimo Reis — Bloco; José Teles — PDS; Messias Góis — Bloco; Pedro Valadares — Bloco.

##### **Bahia**

Alcides Modesto — PT; Ângelo Magalhães — Bloco; Aroldo Cedraz — Bloco; Beraldo Boaventura — PDT; Clóvis Assis — PDT; Eraldo Tinoco — Bloco; Félix Mendonça — PTB; Geddel Vieira Lima — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Jabes Ribeiro — PSDB; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — Bloco; Jaques Wagner — PT; João Almeida — PMDB; João Alves — Bloco; João Carlos Bacelar — PMDB; Jorge Khoury — Bloco; José Carlos Aleluia — Bloco; José Falcão — Bloco; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PSDB; Leur Lomanto — Bloco; Luís Eduardo — Bloco; Luiz Moreira — PTB; Luiz Viana Neto — PMDB; Manoel Castro — Bloco; Marcos Medrado — PDC; Nestor Duarte — PMDB; Pedro Irujo — Bloco; Prisco Viana — PMDB; Sebastião Ferreira — PMDB; Sérgio Brito — PDC; Uldurico Pinto — PSB.

### Minas Gerais

Aécio Neves — PSDB; Agostinho Valente — PT; Aloisio Vasconcelos — PMDB; Armando Costa — PMDB; Avelino Costa — PL; Camilo Machado — Bloco; Célio de Castro — PSB; Christóvam Chiaradia — Bloco; Edmar Moreira — Bloco; Elias Murad — PSDB; Felipe Neri — PMDB; Fernando Diniz — PMDB; Genésio Bernardino — PMDB; Getúlio Neiva — Bloco; Humberto Souto — Bloco; Ibrahim Abi-Ackel — PDS; Israel Pineiro — PRS; João Paulo — PT; João Rosa — PMDB; José Aldo — PRS; José Belato — PMDB; José Geraldo PMDB; José Santana de Vasconcellos — Bloco; José Ulisses de Oliveira — PRS; Lael Varella — Bloco; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Tadeu Leite — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário de Oliveira — Bloco; Maurício Campos — PL; Neif Jabur — PMDB; Nilmário Miranda — PT; Odelmo Leão — Bloco; Osmânio Pereira — PSDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PSDB; Paulo Delgado — PT; Paulo Heslander — PTB; Pedro Tassis — PMDB; Raul Belém — Bloco; Romel Anísio — Bloco; Ronaldo Perim — PMDB; Samir Tannús — PDC; Saulo Coelho — PSDB; Sérgio Naya — PMDB; Vittorio Mediolí — PSDB; Wagner do Nascimento — PTB; Wilson Cunha — PTB; Zaire Rezende — PMDB.

### Espírito Santo

Aloizio Santos — PMDB; Etevalda Grassi de Menezes — PMDB; João Baptista Motta — PSDB; Jones Santos Neves — PL; Jório de Barros — PMDB; Nilton Baiano — PMDB; Paulo Hartung — PSDB; Rita Camata — PMDB; Roberto Valadão — PMDB; Rose de Freitas — PSDB.

### Rio de Janeiro

Aldir Cabral — PTB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arolde de Oliveira — Bloco; Artur da Távola — PSDB; Carlos Alberto Campista — PDT; Carlos Lupi — PDT; César Maia — PMDB; Cidinha Campos — PDT; Eduardo Mascarenhas — PDT; Francisco Silva — PDC; Jair Bolsonaro — PDC; Jamil Haddad — PSB; Jandira Feghali — PC do B; João Mendes — PTB; José Carlos Coutinho — PDT; José Egydio — Bloco; Junot Abi-Ramia — PDT; Laerte Bastos — PDT; Laprovita Vieira — PMDB; Márcia Cibilis Viana — PDT; Marino Clinger — PDT; Miro Teixeira — PDT; Nelson Bornier — PL; Paulo de Almeida — PTB; Paulo Portugal — PDT; Paulo Ramos — PDT; Regina Gordilho — PDT; Roberto Campos — PDS; Sandra Cavalcanti — Bloco; Sérgio Arouca — PCB; Sérgio Cury — PDT; Sidney de Miguel — PDT; Simão Sessim — Bloco; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT; Wanda Reis — PMDB.

### São Paulo

Alberto Goldman — PMDB; Alberto Haddad — PTB; Aldo Rebelo — PC do B; Aloizio Mercadante — PT; André Benassi — PSDB; Antônio Carlos Mendes Thame — PSDB; Ary Kara — PMDB; Cardoso Alves — PTB; Cunha Bueno — PDS; Delfim Netto — PDS; Edevaldo Alves da Silva — PDS; Eduardo Jorge — PT; Ernesto Gradella — PT; Fabio Meirelles — PDS; Fausto Rocha — Bloco; Florestan Fernandes — PT; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Heitor Franco — PDS; Hélio Bicudo — PT; Hélio Rosas — PMDB; João Mellão Neto — PL; Jorge Tadeu Mudadalen — PMDB; José Dirceu — PT; José Maria Eymael — PDC; José Serra — PSDB; Jurandyr Paixão — PMDB; Koyu

Iha — PSDB; Liberato Caboclo — PDT; Luiz Carlos Santos — PMDB; Luiz Gushiken — PT; Magalhães Teixeira — PSDB; Marcelino Romano Machado — PDS; Marcelo Barbieri — PMDB; Maurici Mariano — Bloco; Mendes Botelho — PTB; Nelson Marquezelli — PTB; Osvaldo Stecca — PSDB; Pedro Pavão — PDS; Ricardo Izar — PL; Roberto Rollemberg — PMDB; Robson Tuma — PL; Solon Borges dos Reis — PTB; Tadashi Kuriki — PTB; Tuga Angerami — PSDB; Vadão Gomes — Bloco; Valdemar Costa — PL; Walter Nory — PMDB.

### Mato Grosso

Augustinho Freitas — PTB; João Teixeira — Bloco; Jonas Pinheiro — Bloco; José Augusto Curvo — PL; Rodrigues Palma — PTB; Wellington Fagundes — PL; Wilmar Peres — Bloco.

### Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Chico Vigilante — PT; Eurides Brito — PTR; Maria Laura — PT; Osório Adriano — Bloco; Sigmaringa Seixas — PSDB.

### Goiás

Antonio de Jesus — PMDB; Antonio Faleiros — PSDB; Delio Braz — PMDB; João Natal — PMDB; Lazaro Barbosa — PMDB; Lúcia Vânia — PMDB; Luiz Soyer — PMDB; Maria Valadão — PDS; Mauro Borges — PDC; Mauro Miranda — PMDB; Osório Santa Cruz — PDC; Paulo Mandarin — PDC; Pedro Abrão — PMDB; Roberto Balestra — PDC; Virmondes Cruvinel — PMDB; Zé Gomes da Rocha — Bloco.

### Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo — Bloco; George Takimoto — Bloco; José Elias — PTB; Marilu Guimarães — PTB; Nelson Trad — PTB; Valter Pereira — PMDB; Waldir Guerra — Bloco.

### Paraná

Antônio Barbara — Bloco; Antonio Ueno — Bloco; Basilio Villani — Bloco; Carlos Roberto Massa — Bloco; Carlos Scarpelini — PMDB; Delcino Tavares — PMDB; Edesio Passos — PT; Edi Siliprandi — PDT; Élio Dalla-Vecchia — PDT; Flávio Arns — PSDB; Ivanio Guerra — Bloco; Joni Varisco — PMDB; José Felinto — PMDB; Luciano Pizzatto — Bloco; Luiz Carlos Haully — PMDB; Matheus Iensen — PTB; Max Rosenmann — Bloco; Munhoz da Rocha — PSDB; Onaireves Moura — PTB; Otto Cunha — Bloco; Paulo Bernardo — PT; Pinga Fogo de Oliveira — Bloco; Reinhold Stephanes — Bloco; Renato Johnsson — Bloco; Romero Filho — PMDB; Rubens Bueno — PSDB; Said Ferreira — PMDB; Werner Wanderer — Bloco; Wilson Moreira — PSDB.

### Santa Catarina

Ângela Amin — PDS; Dejandir Dalpasquale — PMDB; Dércio Knop — PDT; Eduardo Moreira — PMDB; Hugo Biehl — PDS; Jarvis Gaidzinski — PL; Luiz Henrique — PMDB; Neuto de Conto — PMDB; Orlando Pacheco — Bloco; Paulo Duarte — Bloco; Renato Vianna — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Vasco Furlan — PDS.

### Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Amaury Müller — PDT; Arno Magarinos — Bloco; Carlos Azambuja

— PDS; Carlos Cardinal — PDT; Carrion Júnior — PDT; Celso Bernardi — PDS; Eden Pedroso — PDT; Fetter Júnior — PDS; Germano Rigotto — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDS; Jorge Uequed — PSDB; Luís Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Nelson Proença — PMDB; Odacir Klein — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Paim — PT; Raul Pont — PT; Telmo Kirst

— PDS; Valdomiro Lima — PDT; Victor Faccioni — PDS; Wilson Müller — PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Alexandre Costa) — Sendo evidente a falta de **quorum** para a abertura da sessão, a mesma não poderá ser realizada.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 19 horas e 5 minutos)*

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA**

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

### **SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)**

**Semestral ..... Cr\$ 5.770,57**

### **SEÇÃO II (Senado Federal)**

**Semestral ..... Cr\$ 5.770,57**

**J. avulso ..... Cr\$ 117,93**

**Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do**

## **CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**Praça dos Três Poderes — Brasília — DF**

**CEP: 70160**

**Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.**

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS**